

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Divulgação/CMP



Projeto prevê cobrança por sacolas plásticas

Prefeito veta projeto das sacolas plásticas

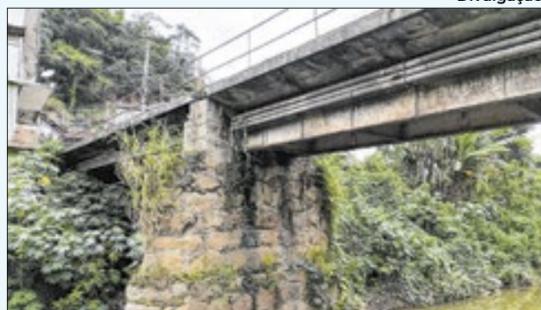
O Prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes (PP), vetou integralmente o PL 2689/2025 que Estabelece a Política de Conscientização de Proteção aos Recursos Naturais. O projeto também prevê o retorno da cobrança das sacolas plásticas nos supermercados. O texto é de autoria do vereador Gil Magno e agora com o veto do executivo, retornou para

a Câmara. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, presidida pelo vereador Wesley Barreto (PRD), deu parecer favorável ao veto, por ferir uma série de fatores. Apesar disso, o documento ainda passará por outras comissões no parlamento e por fim para os vereadores da Casa. Com isso, o texto ainda pode ser promulgado.

Turp se pronuncia sobre falhas

Após os recentes problemas com o micro-ônibus exclusivo e o relatório da CPTans, que apresentou aumento no número de viagens perdidas em fevereiro a Turp Transporte, que registrou maior aumento se pronunciou sobre o caso e informou que "A Turp Transporte,

que percorreu 849.700 quilômetros em fevereiro, efetuando deslocamentos extensos por todos os distritos, cumpriu 92,8% das 36.580 viagens programadas. Das 2.624 viagens não realizadas, 2.409 foram provenientes de interferências no trânsito e obstruções viárias", citou.



Ponte faz ligação entre BR-040 e a União e Indústria

Justiça estabelece câmeras na ponte do Arranha-Céu

Após a falha do limitador de altura como barreira contra veículos pesados, a CPTans deve instalar câmeras de monitoramento, além de aplicação de multas severas para coibir o tráfego irregular na Ponte do Arranha-Céu, em Itaipava. A medida busca conter os danos à estrutura, que segue sem obras de recuperação definitiva

e continua vulnerável à circulação de caminhões e ônibus. No entanto, para a UNITA – Unidos por Itaipava, apenas a fiscalização remota não é suficiente. E a aplicação de multas após a passagem dos veículos pesados não vai garantir segurança. No primeiro fim de semana, após ser instalado, o limitador foi quebrado.

Barreira física

A UNITA defende que uma barreira física seja implementada para impedir de fato a passagem de veículos pesados e evitar novos riscos à ponte. Além disso, cobra providências urgentes das autoridades responsáveis, incluindo a Concer, concessionária

da BR-040, para reforçar a sinalização na rodovia antes do acesso à ponte, alertando da proibição de veículos pesados sobre a estrutura. Motoristas que passam no local criticam a falta de sinalização sobre o limitador, antes da chegada na ponte.

Prazos estabelecidos

A audiência no MPF resultou em determinação de prazos para a entrega de documentos pela CPTrans como relatório de vistoria da Defesa Civil sobre os riscos da ponte e ainda laudo da empresa contratada pelo DNIT sobre quanto de carga a estrutura suporta. O

DNIT terá de apresentar ainda, em 30 dias, projeto executivo da obra de recuperação da Ponte do Arranha-Céu. O limitador de altura foi uma medida paliativa implementada pela CPTrans, no dia 06 de março deste ano, para impedir a passagem de veículos pesados.



Procurada, a Defesa Civil do município informou que endereço possui laudo de interdição desde o ano de 2022

Thiago Alvarez/CM

Reprodução/Google Maps



Imagens de drone do local após o rolamento



Imagens aéreas do endereço antes do incidente

Por Gabriel Rattes

Um rolamento de pedra, na madrugada desta quarta-feira (26), destruiu completamente um imóvel localizado na Rua José Bonifácio, no Centro de Petrópolis, município do interior do Estado do Rio de Janeiro. Um casal de idosos ficou levemente ferido e as vítimas foram encaminhadas para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Centro pelo Corpo de Bombeiros. Segundo a Defesa Civil de Petrópolis foi mantida a interdição do endereço (onde há outros três imóveis), que já constava com laudo de interdição desde 2022.

Ainda de acordo com o órgão de Petrópolis, as famílias foram encaminhadas para atendimento na Secretaria de Assistência Social.

Rolamento de pedra deixa casal de idosos ferido em Petrópolis

Ocorrência aconteceu na madrugada de quarta (26), no Centro

Deslocamento na Posse

Esse não é o primeiro caso envolvendo acidentes naturais na cidade neste mês de março. Na manhã do dia 10, segun-

da-feira, três deslocamentos de rochas foram registrados na localidade do Ingá, no distrito da Posse. Embora as imagens divulgadas nas redes sociais tenham gerado preocupação, a

Defesa Civil de Petrópolis informou que nenhum imóvel foi atingido. Também foi informado que a área já estava interdita e equipes estiveram no local fazendo vistorias.

No entanto, a localidade do Ingá, no 5º distrito de Petrópolis, enfrenta casos de deslizamentos de rochas desde 2014. Na época, pedras grandes rolavam pela Rua Oswaldo Perlingeiro, na Estrada da Pedreira, o que causou a evacuação de aproximadamente 300 moradores, que ouviram o estrondo do descolamento das rochas. Desde então, a Defesa Civil tem monitorado a área de perto. Sete imóveis foram interditados, e um terreno foi declarado como impróprio para construção, para garantir a segurança das famílias.

Família é retirada de imóvel após viverem cerca de 60 anos

Por Leandra Lima

Na manhã de quarta-feira (26), uma família alocada na Rua Jerônimo Ferreira Alves, no bairro Manga Larga, em Itaipava, teve sua rotina interrompida às seis horas da manhã, após serem acordados por Procuradores de Justiça e militares do Exército Brasileiro, com uma ordem de demolição da casa onde viviam, que integra terras do Patrimônio da União (SPU). O imóvel pertencia ao casal de idosos Otacílio e Maria de Lurdes, que se estabeleceram na região em 1960, para trabalhar como Caseiros da antiga Fazenda Manga Larga, onde hoje é o Centro General Emami Ayrosa (CGEA). Cerca de três anos depois a fazenda foi vendida para a empresa CAEB.

Nesse trâmite a empresa também contratou o casal como caseiros, e eles continuaram morando dentro dessa área. Porém o percurso das coisas mudou quando em 1990 a CAEB, começou um processo de falência que fundou em 1993. Ota-



Agora sem a terra, família terá que reconstruir a vida

ció teve o contrato de trabalho rescindido, e continuou morando na casa de caseiro, e nesse processo segundo a Advogada do Centro de Defesa Dos Direitos Humanos (CDDH), Tatiane Lanzetti, que acompanhou a família durante o

desmonte, nesse processo a União, fez o arresto dos bens da CAEB, e determinou que o exército ocupasse a área.

Como não houve uma continuidade em 2020, a Advocacia Geral da União, pediu a reintegração

da terra, para ser incorporado aos patrimônios da SPU.

Auxílio a Família

Com a casa já demolida, o casal de idosos que conviviam com a filha e neta, não tem mais uma moradia fixa, tendo que se deslocar para casa de outros familiares temporariamente. "Isso é uma violação de direitos humanos, direitos de dois idosos e uma criança que tinham uma moradia. Eles não têm pra onde ir e a prefeitura não tem como dar o aluguel social, pois não se enquadram no decreto, que destina o auxílio para mulheres vítimas de violência e pessoas em situação de risco geológico. Então, assim, vamos fazer o que pra eles. Quem vai se responsabilizar a partir de então?", disse Tatiane Lanzetti.

Apesar de não conseguirem o aluguel social, a Secretária de Assistência Social de Petrópolis, Adriana Kreisler, informou que vai acompanhar a família e cadastrá-los em programas sociais, prestando auxílio psicológico, entre outros.